



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 23 - dezembro de 2019

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2019i23p189-204>

Literatura de infância: a fábula infantil

Children's Literature: fables for infants

*Maria José Palo**

RESUMO

Este estudo é atribuído ao tema *Literatura de Infância*, que aborda a fábula como a fundação do gênero infantil, e o fenômeno da palavra infantil como sua auto referência. A introdução da voz infantil no sistema de signos da língua faz da fábula a sua história na experiência de linguagem. O objetivo é situar a Voz como ponto originário da Infância da linguagem e da Ética, segundo a *Teoria da Infância*, de Giorgio Agamben, como meio e modo de pensá-la além da mística silenciosa que tem justificado o tempo histórico do elemento maravilhoso aplicado à narratividade infantil. A fábula infantil faz-se experiência no interior da *língua de criança*, algo que só a linguagem poética sustenta sob a lei da semelhança, segundo Walter Benjamin. O hiato entre a língua e a fala gera a diferença e o descontínuo do espaço em que a Voz infantil ganha a compreensão de “ser signo”.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de Infância; Teoria da Infância; Fábula; Experiência da voz; Ética

ABSTRACT

This study relates to *Children's Literature*, which approaches the fable as the foundation of the infant genre, and the phenomenon of the infant word as its self-reference. The introduction of the infant voice in the language sign system turns fables into the infant's history in the experience of language. The aim of this essay is to locate the Voice as the originating point of the infancy of Language and Ethics, according to the *Theory of Childhood* of Giorgio Agamben, as a means and way of thinking it beyond the silent mystic that has justified the historical time of the marvelous element applied to children's narrative. Fables for children are experienced in the interior of the child's language, something that only poetic language can uphold under the law of similarity, according to *Walter Benjamin*. The hiatus between language and voice generates the difference and the discontinuity of space, in which the infant voice gains the comprehension of a “sign being”.

KEYWORDS: Children's Literature; Theory of Childhood; Fable; Experience of voice; Ethics

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP – São Paulo – SP – Brasil – mpalo@terra.com.br

A fábula fez-se onde reinava a natureza da infância. Na modernidade, a fábula fundou o chamado *gênero infantil*, ao fazer desse gênero o lugar da infância. Historicamente, sabe-se que o gênero infantil tem caracterizado o papel do *infans* sem fala, produtor de linguagem da voz à letra e locutor que sempre narrou a sua fábula no corpo da palavra. Todavia, ao entrar no sistema de signos estabelecido pela dimensão transcendental originária do homem, o gênero infantil tem o objetivo de transformar a língua em discurso e tornar-se uma linguagem de espécie em certo tempo e lugar. Nessa passagem para a sua história, a palavra como fenômeno se autorreferencia no *infans*, e regido pela lei da semelhança, vem a negar a infância mística e o saber sobre o qual não deve mais falar: “Por isso, é a fábula, isto é, algo que se pode somente contar, e não o mistério, sobre o qual se deve calar, que contém a verdade da infância como dimensão original do homem.” (AGAMBEN, 2005, p. 77). Apresenta-se, aqui, o centro de proposições em reflexão.

A fábula de criança concebida como linguagem de espécie carrega em si a qualidade de seu corpo-mundo formado de percepções, sintomas da realidade para serem concretizados na experiência liberada do sujeito na qual ganha a dimensão humana. É apenas nessa experiência de linguagem que a língua de criança encontra a própria identidade – a *In-fância do homem*, limiar entre o tempo e o espaço anacrônico –, ao ganhar a finalidade de mudar o lugar do mito nos limites da linguagem, entre o semiótico (signo) e o semântico (significado). Ao cair na linguagem, emergem desse hiato alteridades construídas sobre a tríade das relações infância/linguagem/experiência; nela a infância ganha um lugar vazio, a instância da Voz, o discurso, ao liberar-se de toda realidade psíquica.

Giorgio Agamben, em *Infância e História*, inaugura essa concepção mítica de infância não como uma substância psíquica e sujeito pré-linguístico, afirmando:

A ideia de uma infância como uma 'substância psíquica pré-subjetiva revela-se então um mito, como aquela de um sujeito pré-linguístico, e infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem é a origem da infância. (2005, p. 59).

O filósofo entende o lugar da experiência como infância do homem em coexistência com a linguagem situada no limiar do *logos*. Nesse espaço, é a voz sem fala que passa a enviar a fábula da infância à palavra performática entre imagens do pensamento dialético. Essa experiência não precede cronologicamente a linguagem para

converter-se em palavra, pois coexiste originalmente com a linguagem. É este o lugar que guarda em si o mistério instituído do “ser infantil sem vontade e mudo”, que, ao expropriar-se da linguagem, transmuta-se em imagem como ser-signo (Voz), que transforma a natureza em história¹.

A fábula faz a história do signo na imagem em mutações pela inversão da definição medieval, ao passar de língua muda para a definição histórica de língua de infância: “Pode-se dizer, de fato, que a fábula é o lugar em que, mediante a inversão das categorias boca fechada/boca aberta, pura língua/infância, o homem e a natureza trocam seus papéis antes de reencontrarem a parte que lhes cabe na história.” (AGAMBEN, 2005, p. 78). Outra história de alteridades vem presentificar o tempo humano em si na fábula de infância, tempo resultante da fragmentariedade do objeto no discurso infantil, no qual ganha o privilégio de absorver diacronias em sincronias, ao anular o intervalo e fragmentar toda a estrutura em eventos de presentidade. Esses eventos do presente são os resíduos diferenciais do próprio modo de conhecer, porém, apenas quando ocorrem em relação significativa.

Nessa nova história, o *infans* (do verbo latim *fari, falar, dizer*, oposta ao *puer: qui non farer*), é também significativa. Este toma o não lugar da diferença, em que nem diacronia nem sincronia participam mais entre natureza e cultura, para poder se libertar dos significantes estáveis e totalizantes do passado. Desse modo, a voz significativa tenta escapar do sistema binário da representação. Dessa fratura, surge um novo tempo da experiência para a infância, tempo que o contemporâneo não tem conseguido assegurar à criança, no esquecimento desse jogo da história e sua função significativa como mais importantes que a função dos próprios significados.

Todavia, com o surgir da língua do *infans*, voz com função significativa, conseqüentemente, o tempo da história linear muda para um tempo *continuum* pontual e homogêneo, ao sair do tempo cíclico, fugindo da repetição e do círculo mítico, e constituir-se em uma relação original e histórico-transcendental, entendida como limite e estrutura *a priori* do conhecimento humano, segundo o pensamento de Agamben. Assim, o *infans* libera-se da condição de sujeito psicológico e como voz transmuta-se em ser-signo em que a língua insere o *tempo-agera* (*Jetzt-Zeit*), verdadeiro lugar da construção de sua história e verdade. Para Benjamin, é essa abertura que funda a sua

¹Jean-Marie Gagnebin, 1997, p. 173: “Cabe também ressaltar aqui, já que estamos nas etimologias, que a palavra ‘infância’ não remete primeiro a uma certa idade, mas, sim, àquilo que caracteriza o início da vida humana: a incapacidade, mas, a ausência de fala (do verbo latim *fari, falar, dizer* e do seu participio presente, *fans*).”

dimensão espaciotemporal, em nova dimensão do tempo pleno, que vem, no “agora”, afastar a experiência ocidental do tempo cindido em favor da mudança qualitativa do tempo. Do tempo infinito para o tempo pleno, descontínuo e finito do prazer, deve-se assegurar o instante, o “agora da Voz da infância” no tempo presente.

Ao situar a língua na experiência do *ethos*, sua morada, e na multiplicidade dos lugares que têm sido reapropriados pela *Literatura Infantil*, ou pela *Literatura para criança*, ou pela produção cultural para crianças, é necessário destacar a aproximação língua e discurso com a intenção de reconceituá-los no âmbito mais amplo das ciências da linguagem, à luz da *Teoria da Infância*. Nosso objetivo, aqui, no limiar da fábula infantil, é situar a Voz como ponto original da sua história mimética e da ética da infância. Relevar e revelar a Voz que é a pronúncia do nome e da origem de muitas imagens, o poder mágico que converte o negativo em ser, para Hegel.

Entrar na *Teoria da infância* agambeniana, como ele a concebe – a dimensão original histórico-transcendental do homem –, à margem das temporalidades simbólicas da língua, passou a significar, modernamente, a experiência vivida da palavra, vivência que ocorre desde o balbuciar entendido pela filosofia como origem da linguagem expressa, para ser o transcendental por meio da experiência, algo que preexiste ao homem falante, enquanto a história é essência, intervalo e descontinuidade². A partir do conceito de descontínuo, a *Teoria da Infância*, como método e suporte conceitual histórico, sugere-nos a possibilidade de atribuir à voz a função de meio e modo de pensá-la como significante lúdico e poético, além daquela mística silenciosa e sombria. Essa teoria supera a tópica clássica dos argumentos para ser o argumento originário e a “experiência de um nada”, o que veremos à frente.

“Criança é signo” e deve constituir-se como sujeito de linguagem. Ao vencer essa parede da superfície mítica imposta sobre sua voz, a *Teoria da infância* vem propiciar a mudança da dialética do tempo histórico do maravilhoso da fábula, e atribuir ao signo infantil um tempo metafórico: “Diante do livro ilustrado, a criança coloca em prática a arte dos taoístas consumados: vence a parede ilusória da superfície e, esgueirando-se por entre tecidos e bastidores coloridos, adentra um palco onde vive o conto maravilhoso.” (BENJAMIN, 2002, p. 69).

² “Se essa diferenciação tiver algo de verdadeiro, então compreenderemos melhor por que o conceito de mimesis não pode ser reduzido aos de magia e regressão: a mimesis indicaria muito mais uma dimensão essencial do pensar, esta aproximação não violenta, lúdica, carinhosa, que o prazer suscitado pelas metáforas nos devolve.” (GAGNEBIN, 1997, p. 103).

A linguagem exercitada pela dialética da experiência de verdade sob a teoria da infância tem a ganhar os seus próprios limites, à medida que, ao constituir-se uma relação original em que vigem apenas diferença e descontinuidade, passa a responder aos padrões de imitação da natureza de modo correlato. E, por sua vez, ganha uma mimese própria fundada na face mística da linguagem, porém inseparável da materialidade das configurações sensíveis. Em outro sentido, o homem não teria a sua própria história sem a experiência da infância e das semelhanças, ou não teria a sua iniciação na *língua de infância* (morada infantil alocada entre língua e discurso). O foco da experiência de linguagem passa, desse modo, a ser esse momento da decisão — “ser no tempo” —, o que dá ao homem a existência como tempo originário de ser-no-mundo no devir da língua.

Estamos a descrever o registro da matriz da inscrição natureza e homem. Essa matriz da inscrição é o não lugar onde reina a natureza da língua de infância como um espaço em que o “gênero infantil” deveria definir o seu papel de produtor da linguagem de infância e de performador da gestualidade, na circunstância da oralidade, a se oferecer para a linguagem da escrita e ser gravado como performances de novas enunciações. São essas gestualidades da escrita da enunciação que passam a se produzir no corpo que escreve e nele se autorreferenciam como qualidades (*qualia*). Ao entrarem no sistema de signos, essas qualidades transferem ao gênero infantil a função transformadora da língua em um discurso específico, já antecipado por Saussure: “A língua não existe senão tendo em vista o discurso, escrito em um manuscrito inédito de Saussure.” (*apud* AGAMBEN, 2005, p. 65).

É prioritário destacar as duas faces do conceito de linguagem no discurso de infância – a língua e a fala, sabendo que ambas qualificam o seu papel de tradutores de linguagens no discurso em que a voz de infância potencializa-se no 'instante', lançando-se para o “ter-lugar” em passagem liminar; no 'agora', a linguagem tende a inscrever o início de sua própria história como Voz ou Ser como intenção de significar, querer dizer. É a própria palavra Ser a nova figura do objeto, que ganha, a partir do conceito de “ter-lugar da linguagem”, experiência da negação do significado, nem voz nem sentido e ainda não significado, experiência do Nada; é o saber em experiência: “[...] o seu já ser sempre o que não é ainda.” (AGAMBEN, 2006, p. 43).

O Ser como palavra passa a situar a linguagem no “ter-lugar”, ou seja, na instância do discurso, para nele marcar as oposições entre enunciado e enunciação, linguagem e discurso, língua e fala; são estes lugares onde a linguagem da fábula

infantil passa a acontecer no interior da língua, para dar-lhes, afinal, um sentido em nova dimensão originária de temporalidade: “O tempo da história é o *cairós* em que a iniciativa do homem colhe a oportunidade favorável e decide no átimo a própria liberdade.” (AGAMBEN, 2005, p. 128).

Sabe-se, igualmente, que essa passagem expressiva língua-discurso tem trazido em si marcas da história do passado à sombra de cada fábula, tempo em que a escrita alfabética sobre a cultura, o mito, a natureza e a linguagem ainda tinha o poder de capturar a sua voz perdida. É a razão maior porque selecionamos essa travessia da língua para o discurso para demonstrar a hipótese de que a Voz da infância pode ser liberada dessa representação inocente das letras e do poder do adulto a partir da cisão língua e fala, e lograr seu futuro latente do presente, ao experimentar o espaço e o lugar vazio da magia excluída, no ter-lugar da palavra poética.

Esse mistério do não dizer no espaço vazio é a experiência do limite imposto à linguagem, como Agamben (2005) explica: uma vez nela entrando, a criança vem a sofrer a perda para si mesma; o que se deve ao fato de sua linguagem tornar-se, ao mesmo tempo, indicação e significação em si, ou melhor, fazer-se referência na experiência como coisa (*Experimentum linguae*), na instância do discurso autorreferencial. Afirma o filósofo: “Um *experimentum linguae* deste tipo é a infância, na qual os limites da linguagem não são buscados fora da linguagem na direção de sua referência, mas em uma experiência da linguagem como tal, na sua pura autorreferencialidade.” (AGAMBEN, 2005, p. 12).

No domínio da linguagem autorreferenciada, o experimento da língua ou a infância deve definir-se na instância do discurso em que a criança ganha a própria fala. A fala infantil guarda um querer dizer qualitativo em si, que marca uma possível natureza poética aquém do significado legislado pela língua, fora da natureza que herdou e além da prática textual em que sempre tem exercido como não ser. Desse modo, caracteriza-se a experiência de linguagem, na produção das semelhanças descritivas, ainda sem contornos, que entremeiam o *sujeito* e discurso de criança (potência de fala e ser) no ato de “desaprender para aprender”: aqui é a consciência identificando-se com a experiência.

A voz-em-si-mesma em experiência é concebida como a única língua capaz de desestabilizar o logocentrismo de toda e qualquer ideologia, ilusionismo, psicologismo, misticismo, sociologismo, pedagogismo por ser, sobretudo, uma língua como fundamento negativo capaz de mostrar-se apta para rejeitar quaisquer formas de

dominação subjetiva e poder historicamente assentados sobre ela. Isso se deve, sobremaneira, a outra materialidade que se faz dominante no território da voz, e que se insiste na realidade mediante uma linguagem que o *in-fans* ainda não domina; fica à espera do *puer* que fala a linguagem das palavras: “[...] vemos então que é na linguagem que o sujeito tem a sua origem e lugar próprio, e que apenas na linguagem e através da linguagem é possível configurar a apercepção transcendental como um ‘eu penso’.” (AGAMBEN, 2008, p. 56). O principal efeito desse processo histórico registra-se na função da linguagem, porém não mais subordinado à consciência, mas à função e condição da tomada de consciência do sujeito: a compreender-se como “ser”.

Na *lingua infantil*, acepção que damos à fábula, as palavras ficam em suspenso num sem fim. Sua voz faz ecos de alteridades ao desarticular-se da língua, para inscrever-se na linguagem nascente de um universo de negatividade fundamental e muda. Nessa mudez mergulhada, a *lingua de criança* pode ser concebida como sendo a sua própria literatura, que intitulamos — *Literatura de Infância*. Em sua qualidade literária, passa a ser apta a oferecer-lhe qualidades sensíveis nos tempos culturais da representação da fábula, em dois planos existenciais: infância e juventude. Todo evento de linguagem cindida nesses dois planos e tempos atua como pensamentos da Voz negativa. Na negatividade, caráter implícito na experiência tradicional, a língua de criança ou a fábula infantil carrega com ela vazios originários, de modo a experimentar o tempo puro como espaço e lugar: “Tempo puro, sem acontecimentos, vacância móvel, distância agitada, espaço interior em devir onde as estases do tempo se dispõem numa simultaneidade fascinante, o que é tudo isso, afinal?” (BLANCHOT, 2005, p. 17).

A fábula infantil tem a capacidade e o poder de realizar a diferença do descontínuo entre significantes que identificam a enunciação infantil no discurso, pelo modo de ser reconhecido semiótico e pelo modo de ser compreendido semântico, ambos cunhados pela diferenciação. Sua fala é o gênero infantil em que habita a própria língua. Entre ser reconhecido pelo semiótico e ser compreendido pelo semântico, a fábula de infância busca o não lugar do signo para dar lugar à frase no discurso e ganhar a função transformadora da língua à semelhança da fala de um sujeito ainda em formação ambígua; trata-se da experiência de ser em que o “eu” integra-se à sua história, e dela passa a ser um futuro usuário que nomeia ou a geração que vem: “A essência linguística do homem está no fato de ele nomear as coisas.” (BENJAMIN, 2013, p. 55).

Por conseguinte, a ruptura língua e fala na lógica ocidental vem a separar-se da metafísica para encontrar a diferença. Como já dito, separa o plano da língua e do

semiótico do plano da fala e do semântico, na linguística contemporânea de Benveniste (2016). A partir dessa formulação, a língua separa-se da fala e não é mais o reverso de identidade, mas o “reverso de alteridade”, núcleo da diferença que privilegia a natureza singular da *Literatura de Infância*, ao mesmo tempo em que faz da fala um questionamento, não só no domínio da lógica como também da metafísica. Nessa separação transcendental e linguística, abre-se o espaço na experiência transcendental da história, sendo a experiência (*ex-per-ientia*, um “provir-de e um ir-atraves-de”) o trânsito de um hiato, passagem do *logos* e do prazer diferenciado a lhes dar a compreensão de “Ser”.

Como pode uma *Literatura de Infância* mostrar-se em desconexão lógica com a realidade mítica em seu sistema de significantes? O que é essa linguagem de Ser que nada diz? Como se dá a sua subjetivação?

Nesse exato ponto da experiência significativa, as enunciações narracionais e poéticas atribuídas à criança – histórias e poemas – deveriam pensar a metafísica do Ser como negatividade ou potencialidade da memória e da linguagem antes do “eu”, única forma de redizer tudo bem além do já dito pelo mito simbólico da representação. Isso se justifica, sabendo que, na enunciação, imagem e palavra se equivalem ao estatuto do *gramma* (letra) nas duas faces do significante – natureza e cultura – para dar um novo sentido e dimensão do ser à Voz do *In-fans* como voz negativa suprimida, subjetivada numa zona da potência, no afirmar de Agamben: “É a voz como articulação puramente negativa, que permite abrir a dimensão de significado do ser.” (OLIVEIRA *apud* PUCHEU, 2008, p. 127).

Somente à luz do duplo significante do estatuto enunciativo podemos entender que é possível ouvir a linguagem sonora e articulada de um sistema fabular de signos qualitativos, a prestar-se à estruturação de sons com significado e diferenciação na linguagem de infância. O objetivo dessa experiência negativa, como categoria, é inscrever-se como signo no lugar da voz em que jaz a subjetivação do “eu”. Toda inscrição sígnica resultante, portanto, é voz-e-memória, voz-e-linguagem, discurso-e-performance, memória-em-ato, um pacto feito com o novo estatuto de uma literatura de infância com suas próprias qualidades (“saber-ser”), as quais o imaginário e a memória vão desempenhar apenas na negatividade do inefável.

A voz em letra maiúscula [Voz] passa a ser, entre o suprimir-se da voz e o evento de significado, uma ontologia do presente que abre a articulação originária da linguagem humana. Agamben faz a distinção precisa:

Por isso é necessário fazer uma distinção entre Voz e voz. Só é Voz aquilo que na voz é elemento significante, aquilo que quer significar, mesmo que nada signifique. É nesse sentido que a voz animal não pode fazer referência à instância de discurso nem abrir a esfera da enunciação. (2006, p. 60).

Define-se, na leitura dessa citação, a voz humana somente na significância, local do próprio “ter-lugar da linguagem”, na única intensidade da qualidade de Ser infantil em que se torna evento de linguagem – *In-fância do homem* para Agamben. Para isso ocorrer, a *in-fância* deve ganhar, de modo prioritário, a função crítica de um método de investigação nas ciências das relações humanas, as ciências da linguagem, razão porque pode escapar das metodologias monológicas, objetivas e míticas.

A *In-fância* só tem sentido nessa diferença histórica, no processo do devir, antes do sujeito da linguagem e da representação. A experiência do ser é a que está antes da linguagem, é a razão principal porque a representação muda de lugar na coincidência com a infância. Ela é “Ser na experiência do ser”, conforme Lévinas, faz a separação emoção e representação, estes separam-se em busca de valorização da afetividade e da criatividade, em detrimento da representação; e a emoção a precede³.

Na enunciação, surge a outra face da fala infantil. É a face da instância de uma Voz em que a fala se apresenta como um *eu*, sujeito de linguagem, onde efetua-se a desejada permuta do transcendental histórico pelo histórico do transcendental lingüístico. Nessa permuta de origem múltipla, condição necessária para emancipar-se e conhecer o real, a Voz se coloca como um *ego*, no tempo presente da leitura e da escrita, para designar-se como “locutor da língua de criança”: o gênero infantil. Sua voz expressa-se nesse pensamento qualificado de todas as classes de palavras possíveis 'realmente' corretas. São classes de palavras que vão do performático ao gramatical, do afetivo ao emocional, enquanto nelas a qualidade (*infantil*) evoca o sentimento de um discurso de única intensidade, em certo tempo e lugar, com qualidade e emoção: “Antes que a percepção distinga as propriedades do objeto, uma síntese propriamente emocional organiza o mundo.” (LÉVY-BRUHL *apud* LÉVINAS, 2010 p. 67).

A realidade uma vez cunhada sob esse signo do sujeito em nova dimensão formal passa a ser a realidade do discurso infantil sem vontade e sem voz, “voz branca”,

³ “A filosofia de hoje não reconhece mais esse privilégio da representação [...]. A intuição não é mais representação a título algum, mas duração: a duração não delinea uma dimensão formal em que se escoia o ser, mas é, ao mesmo tempo, ser e experiência do ser.” (LÉVINAS, 2015, p. 65).

no qualificar agambeniano. Efetiva-se, portanto, a Voz como discurso no presente, um não lugar onde se lê e se grafa sem nada dizer: apenas se pensa, “[...] busca da voz na linguagem é o pensamento.” (AGAMBEN, 2006, p. 146). Essa procura da voz na linguagem remete a *Literatura de Infância* às imagens monádicas do pensamento como experiência em coincidência com a linguagem. É o experimento de um estatuto no qual a criança se produz como linguagem própria e sem representação. Linguagem e verdade passam, pois, a remeter a esse estatuto de poder e razão inter-subjetiva, como representação da infância concebida – duração, ser, experiência – *língua e ser* –, todavia, sem método redutor. Para nós, a *Teoria da Infância* traz em si o método certo para tratar a representação como evento de leitura entre língua e discurso. Explicamos: no instante do “agora” entre eles está a diferença da linguagem e a passagem da potência ao ato a construir o fundamento da historicidade do Ser na negatividade.

Em princípio, esse instante da diferença é o “ter-lugar da linguagem”, é a teoria do Ser entre o suprimir-se da voz e o evento de significado, segundo o filósofo italiano, uma articulação negativa que transcende a fala, entre voz e *logos*, a fazer-se morada da Voz. À frente desse outro modo de ver, o “ter-lugar” vem a constituir-se uma articulação originária da linguagem humana com o seu significar – *língua de criança*. Essa língua trata, portanto, de uma categoria indicial do ser falante pronta a ganhar a dimensão primeira de uma *literatura de criança* – a ética: *dimensão singular da Infância*.

Na lógica da estética repousa a lógica da ética, à qual deve remeter-se a função da literatura para crianças, assim como da literatura para adultos na sociedade, temática já em debate nas investigações, segundo Clémentine Beauvais (2015, p. 109): “A função da literatura como um facilitador de vida ética, enquanto um parceiro nas escolhas éticas, e mais geralmente como um participante no clima ético de uma dada sociedade, tem sido um tópico de debate nos estudos investigativos de literatura ‘para adultos’.”⁴

No que diz respeito à ética veiculada pela chamada literatura infantil, antes perguntamos: o que a língua de criança representa para os adultos e como deve ser por eles ensinada? O que é o ser de linguagem para a nossa sociedade de produção cultural?

São essas duas questões a serem esclarecidas a partir da natureza da performance dessa língua singular que, ao mesmo tempo que comunica, modifica o conhecimento.

⁴ “The role of literature as a facilitator of ethical life, as a companion in ethical choices, and more generally as a participant in the ethical climate of a given society has also been a topic of debate in scholarly studies of literature ‘for adults’. Wayne Booth and Martha Nussbaum are the most famous proponents of ethical readings of literature.” (BEAUVAIS, 2015, p. 109) (Nossa tradução).

Muitas são as concepções que a sociedade tem transferido à criança, porém, temos constatado que, ao adotar um olhar de futuridade simbólico sobre ela, nega-a. Sem dúvida, é esse olhar que mais tende a ignorar a sua existência em um momento atual, não preservando à criança sua Voz e língua na educação que a sociedade lhe oferece, quando deveria, sobretudo, dizê-la sem desfigurá-la, para levá-la pelo caminho da descrição das semelhanças, ao *mundo dos sonhos*, mundo das imagens, no falar de Benjamin: “A imperiosa exigência de descrever, contidas nessas imagens, estimula na criança a palavra. Mas, assim como ela descreve com palavras essas imagens, ela escreve nelas.” (BENJAMIN, 1985, p. 241).

Simbolicamente, a criança é sobretudo a “afirmação viva da transcendência humana” reduzida pelo adulto a uma esperança peculiar, determinando-a sob a sua compreensão como um ser dependente. Ao projetar-lhe esperanças e seus sonhos, só pode vê-la, ambigualmente, em sua consciência, como um “outro temporal” e, ao mesmo tempo, deixa de vê-la, na maioria das vezes, como o “outro normal”, o seu *alter*. É preciso, pois, considerar o espaço da diferença e a distância no limiar da experiência histórica de linguagem, entre a língua e o discurso, sem identificar sujeito e consciência:

[...] trata-se de redescobrir o modo como opera o pensamento mimético, tanto no âmbito ontogenético quanto no filogenético, uma vez que essa forma de pensamento encontra-se recalcada ou esquecida na consciência pessoal do adulto, assim como na consciência histórica civilizada. (FREITAS *apud* OTTE *et al*, 2010, p. 243).

Priorizamos o modo de perceber a criança como um ser contínuo em transição descontínua, o que significa um modo de resguardar em si sua própria língua e, inversamente, de assegurar a morada da ética da alteridade como uma experiência da alteridade da própria identidade. Enfatizamos, pois, o modo de uma ação delimitadora, sobretudo a experiência da alteridade na intersubjetividade da identidade e ambiguidade da ética, condição do ser, sem mais precisar retornar às máscaras identificatórias do *self* conforme a defesa ética que faz o filósofo Lévinas: “A alteridade se impõe como condição do ser. Ela sempre se realiza como relação com o outro. A alteridade é sempre uma abertura para o outro, por isso é sempre uma relação ética.” (2008, p. 135). Concebe-se, pelo pensamento do filósofo, a presença da diferença da ética de *Outrem* como suporte ou condição da tomada de “consciência do eu” na multiplicidade do diverso.

Portanto, há necessidade, a partir do modo de ser subjetivo da consciência da infância, de se cuidar de uma metafísica primeira de literatura infantil mais direta do ser, que nos parece não ter sido ainda defendida pela crítica especializada atual. Essa crítica está mais pronta para ressaltar e justificar a respeito de uma inadequada aprendizagem das habilidades de extrair somente informação generalizada de qualquer leitura. Como uma ação de leitura reprodutora é, ao mesmo tempo, o equivocado expressar de um modo de insistir irresponsável, ao levar a criança a projetar-se nas personagens de uma história lida em seu contexto verbal e seus perfis e protótipos em ações binárias previstas pela narrativa, contrariamente à fertilidade de sua imaginação criadora.

A linguagem de expressão, função nuclear da linguagem da fábula ou da língua infantil, é sempre endereçada a *outrem*, porém, sem mais representá-lo; *outrem* deve apresentar-se como seu interlocutor humano. Isso se deve ao fato de negar-se à representação, e distanciar-se do objeto e de sua relação conceitual, sabendo que a distância que ocorre entre o 'eu e o outro' não permite mais à linguagem reduzir-se apenas a uma relação conceitual. Além disso, na *Literatura de infância*, essa relação não mais se conecta a um único objeto e única verdade. O 'outro' é significação, é sentido por si só:

A literatura de crianças torna-se um dos meios para destacar, na forma literária, a dificuldade de lidar com outros. Isto é particularmente visível nos livros de crianças ao destacar estranhos que frequentemente simbolizam – com consequências ideológicas problemáticas – absoluta estranheza; absoluta alteridade. (BEAUVAIS, 2015, p. 113)⁵.

Ao narrar a história que lembra, a fábula o faz no presente emergente e revelador da temporalidade do *agora*; e ao fazer essa peripécia da Voz grava o tempo de lembrança em espaços lúdicos do presente contínuo. Ela apenas deseja responder aos padrões de similaridade presentes na natureza ou na cultura em que vive, compartilha e participa: “A criança brinca não apenas de ser comerciante ou professor, mas também de ser um moinho ou trem [...]”, acrescenta Benjamin (1985, p. 108). Busca ela seus limiares imaginários mais felizes retirados ou da natureza ou da cultura⁶.

⁵ “Children's literature becomes a way to expel, in literary form, the difficulty of dealing with others. This is particularly visible in children's books featuring foreigners, which often symbolise — with problematic ideological consequences — absolute extraneity; absolute alterity.” (BEAUVAIS, 2015, p. 113); (Nossa tradução).

⁶ “O feitiço libertador do conto de fadas não põe em cena a natureza como uma entidade mítica, mas indica a sua cumplicidade com o homem liberado. O adulto percebe essa cumplicidade apenas

Igualmente, ocorrem também mudanças necessárias no modo de narrar da *fábula de infância*, que, por consequência, será outro lugar da cisão língua e fala em que a Voz tem a função de “indicar” como evento de linguagem, sabendo que é no espaço de duração que a sua significação diferencial ocorrerá. A partir desse movimento significativo, a experiência de linguagem acontecerá a cada ato de fala, a cada evento em que o *infans* ganhar um paradigma imanente à estrutura linguística originária da transcendência, condição necessária para reconhecer o objeto como sujeito do discurso. Resulta que, a partir desse novo paradigma da desconexão sujeito e objeto, o *in-fans* torna-se um sujeito histórico no não lugar da infância: infância é a experiência transcendental da diferença entre língua e fala, conclui Agamben, e seu mistério só pode ser solucionado na descontinuidade da história, no presente descontínuo e por meio da referência interna (BENVENISTE, 2006).

A *literatura de infância* faz uso desse evento linguístico originário – tempo em que o “eu” recebe como ideia a estrutura do ser-no-mundo ou a sua *alteridade*; esta revela-se como a própria ideia eticamente determinada; o “eu” define-se, estruturalmente, como sujeito na *fábula infantil*, sem privar-se de suas lembranças, afecções, felicidades e afetos do coração infantil. Ser *infantil* é ser o tempo como um “eu” desdobrado e redobrado em qualidades singulares no despertar do espírito de infância. Pensamento e memória são dissociados do simbólico pelo anacronismo e pela logicidade de um método próprio, visto que ambos apenas manifestam-se num sistema de gestos que aguardam a nomeação dos *nomes da infância*.

Na fissura do método da *Teoria da infância*, identifica-se um ato performativo liberado, a performance, uma operação cognitiva da alteridade – *ser-em-ato*. Nele o evento transcende aquilo que é dito, no sentido de encontrar a sua ontologia do presente tal como em seu análogo heideggeriano, Voz sem som ou Voz suprimida: “O que possa ser uma linguagem sem Voz, uma palavra que não se funde mais sobre nenhum querer-dizer, isto é o que certamente devemos ainda apreender a pensar.” (AGAMBEN, 2006, p. 131).

A *fábula de infância* fica, sobretudo, no aguardo dessa poética dos nomes em cumplicidade com o silêncio da Voz da capacidade mimética, em particular, na configuração de uma urdidura em cruzamentos entre poética e filosofia. Na experiência da poeticidade aloca-se e manifesta-se o literário em sua dimensão primeira e espécie

ocasionalmente, isto é, quando está feliz; à criança, ela aparece pela primeira vez no conto de fadas e provoca nela uma sensação de felicidade.” (BENJAMIN, 2012, p. 233).

qualitativa da semelhança não sensível, como evento originário, em que o “outro” é irreduzível a qualquer forma de dizer do conhecimento instituído pelo social ou cultural da tradição⁷. Sustentada pela alteridade potencialmente irreduzível a qualquer verdade ou sistema de pensamento, a fábula na *Literatura de infância* é a própria língua de criança que reserva em si a subjetividade histórica em termos agora reais, portanto, não mais categoriais.

O que é o *literário* na fábula infantil? O literário infantil é um meio-sem-fim, que está à espera desse lugar poético no não lugar da apresentação do *agora*; é a razão principal porque o literário na fábula infantil não está mais a serviço dos signos arbitrários. No literário, a Voz tem o estatuto de um não ainda e, na dimensão negativa, é fundamento, vai ao fundo e depois desaparece para que o ser e a linguagem tenham seu tempo e lugar na própria matéria poética: “As palavras não são signos arbitrários a serviço de uma ideia, visto que é a própria materialidade que lhes dá abertura para o mundo. Um mundo onde ainda não existem os contornos definidos entre sujeito e objeto, imaginário e realidade, mimesis e logos.” (FREITAS *apud* OTTE *et al*, 2010, p. 243).

Na *Literatura de Infância* busca-se a subjetivação do “eu” sempre em abertura na fábula; como Voz é uma manifestação da consciência de um querer-dizer capaz de esconder o objeto – fábula é a *experiência do ser infantil*, na imagem palavra ou no visível da forma, cor, gesto ou figura. Voz que apenas dá-se a reconhecer diferente no outro: “Um outro não é um eu situado na outra beirada, senão que se apresenta sempre em nível diferente.” (LÉVINAS, 2008, p. 134). A Voz na *Literatura de Infância* age sobre a própria linguagem, o inefável: “o inefável é, na realidade, infância.” (AGAMBEN, 2005, p. 63)⁸.

Em síntese, nada existe a comunicar ou a informar na *fábula infantil*, além da *Experiência de linguagem da Literatura de Infância* que possa revelá-la na ausência da enunciação do “eu”. Sua enunciação é algo que fica à espera sem tempo, como uma história transcendental, limite e estrutura do conhecimento humano. Como lugar de

⁷ “Também a poesia aqui parece experimentar como *nada* o evento originário da própria palavra. As experiências poética e filosófica da linguagem não estão separadas por um abismo, como uma antiga tradição nos habituou a pensar, mas ambas repousam originalmente em uma experiência negativa comum do ter-lugar da linguagem.” (AGAMBEN, 2006, p. 102).

⁸ Jeanne Marie Gagnebin (1997, p. 182), referindo-se à obra *Infância e História* (2005, p. 66): “Giorgio Agamben nos indica que essa experiência inefável da in-fância – inefável não porque seria um início paradisíaco além das palavras, mas porque a in-fância está aquém das palavras, ao mesmo tempo sem palavras, sem linguagem e, porém, condição de possibilidade de sua eclosão – que essa experiência da infância “exclui que a linguagem possa se apresentar como totalidade e verdade.”

experiência que é, sua língua deverá ser descoberta no nada dizer do presente contínuo, “presente que não é passagem”, e não mais está na dimensão do passado projetando o futuro. Reafirma-se no limiar de significado, na coincidência conhecimento e experiência, o espaço em que o “eu” locutor liberta-se da representação. Na experiência do ter-lugar e do que é dito confirma-se a sua ontologia originária, antes do sujeito da linguagem. A fábula infantil se qualifica na essência da *Literatura de Infância*, em relação analógica, fundamento que introduz a descontinuidade e a diferença, entre língua e discurso, entre o significar e o reconhecer, entre mostrar e significar, não lugar em que alcança a sua verdadeira meta, a Ética. No balbuciar da infância, sua Voz dá origem a uma nova história transcendental, sua historicidade e lógica – caminho do conhecimento, evento de linguagem, In-fância.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Infância e história**. Destruição da experiência e origem da história. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- AGAMBEN, G. **A linguagem e a morte**. Um seminário sobre o lugar da negatividade. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas** Vol. 1: Magia e técnica, arte e política. Trad. Sergio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Trad., apresentação e notas Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2002.
- BENJAMIN, W. **Rua de mão única**. Infância Berlinense: 1900. Ed. e trad. João Barrento. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013a.
- BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem** (1915-1921). Organização e apresentação de Jeanne Marie Gagnebin. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2013b.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. Vol. II. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- BEAUVAIS, C. **The might Child**. Time and Power in children's literature. Amsterdam/Philadelphia, University of Cambridge, 2010.
- BLANCHOT, M. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GAGNEBIN, J. M. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LÉVINAS, E. **Entre nós**. Ensaio sobre a alteridade. Trad. Pergentino Stefano Pivatto (coord.) *et al.* Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

NIKOLAJEVA, M.; SCOTT, C. **Livro ilustrado**: palavras e imagens. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

OTTE, G. *et al.* (Org.). **Limiares e passagens em Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PUCHEU, A. (Org.) **Nove abraços no inapreensível**. Filosofia e arte em Giorgio Agamben. Rio de Janeiro: Beco do Azougue: FAPERJ, 2008.

Data de submissão: 28/03/2019

Data de aprovação: 27/06/2019